



CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 01.739.541/0001-07

Travessa Primeiro Centenário, 32 – Centro – CEP.: 13.170-031

Licitações: compras@camarasumare.sp.gov.br

www.camarasumare.sp.gov.br

CONTRATO Nº 11/2020

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ

CONTRATADA: IT SISTEMAS ELETRONICOS E INFORMATIZADOS EIRELI

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SOLUÇÕES PARA CRIAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS NAS DEPENDÊNCIAS DESTA CASA, COM O REGISTRO, PROCESSAMENTO, CONTROLE, INTEGRAÇÃO, PUBLICAÇÃO E GERAÇÃO DE CONTEÚDO EM ALTA DEFINIÇÃO, CONTEMPLANDO INCLUSIVE SEUS ACESSÓRIOS, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

VALOR: R\$ 850.000,00 (OITOCENTOS E CINQUENTA MIL REAIS)

MODALIDADE LICITATÓRIA: PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2020

Pelo presente instrumento, as partes, de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ**, órgão da Administração Pública municipal, com sede na Travessa I Centenário, 32, Centro, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.739.541/0001-07, neste ato representado pelo Presidente, **SR. WILLIAM DE SOUZA ROSA**, brasileiro, doravante designado **CONTRATANTE**, e de outro lado, **IT SISTEMAS ELETRONICOS E INFORMATIZADOS EIRELI**, pessoa jurídica, situada na Rua América do Sul, nº 492, Bairro Vila Carvalho, Município de Araçatuba/SP, CEP nº 16.025.300, inscrita no CNPJ sob o nº 01.836.497/0001-45, neste ato representada por **MARCELO JAVAREZ**, portador do RG nº 22525675-7, SSP/SP, CPF nº 136.991.468-71, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE SOLUÇÕES PARA CRIAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS NAS DEPENDÊNCIAS DESTA CASA, COM O REGISTRO, PROCESSAMENTO, CONTROLE, INTEGRAÇÃO, PUBLICAÇÃO E GERAÇÃO DE CONTEÚDO EM ALTA DEFINIÇÃO, CONTEMPLANDO INCLUSIVE SEUS ACESSÓRIOS, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA**, conforme processo administrativo nº 589/2019, sob regime de empreitada global, com fundamento na Lei nº 10.520/02, aplicando-se a este contrato as normas gerais da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislações aplicáveis ao tema, bem como as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento objetiva **CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE SOLUÇÕES PARA CRIAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS NAS DEPENDÊNCIAS DESTA CASA, COM O REGISTRO, PROCESSAMENTO, CONTROLE, INTEGRAÇÃO, PUBLICAÇÃO E GERAÇÃO DE CONTEÚDO EM ALTA DEFINIÇÃO, CONTEMPLANDO INCLUSIVE SEUS ACESSÓRIOS, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA** e nas seguintes:



CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ
ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 01.739.541/0001-07

Travessa Primeiro Centenário, 32 – Centro – CEP.: 13.170-031

Licitações: compras@camarasumare.sp.gov.br

www.camarasumare.sp.gov.br

SOLUÇÃO INTEGRADA DE AUDIO E VÍDEO – LOTE ÚNICO			MARCA MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO			
01	01	Console de operação de áudio - Conforme especificações constantes do Termo de Referência.	YAMAHA TF5	R\$ 38.000,00	R\$ 38.000,00
02	01	Roteador wifi - Conforme especificações constantes do Termo de Referência.	TP-LINK AC 750	R\$ 350,00	R\$ 350,00
03	01	Terminal portátil com tela touch screen - Conforme especificações constantes do Termo de Referência.	IPAD 10,2" 32GB	R\$ 4.500,00	R\$ 4.500,00
04	04	Caixas de som profissionais para retorno - Conforme especificações constantes do Termo de Referência.	YAMAHA HS5	R\$ 1.800,00	R\$ 7.200,00
05	04	Caixas de som profissionais para auditório - Conforme especificações constantes do Termo de Referência.	JBL EON 612	R\$ 4.500,00	R\$ 18.000,00
06	200mt	Cabo de áudio balanceados - Conforme especificações constantes do Termo de Referência.	RFS KMP AF 2X26 AWG	R\$ 8,50	R\$ 1.700,00
07	30mt	Multicabo de áudio profissional - Conforme especificações constantes do Termo de Referência.	TIAFLEX 0024-10 24 VIAS 24	R\$ 170,00	R\$ 5.100,00
08	30	Conectores de áudio XLR macho - Conforme especificações constantes do Termo de Referência.	NEUTRIK NC3MXX	R\$ 45,00	R\$ 1.350,00
09	30	Conectores de áudio XLR fêmea - Conforme especificações constantes do Termo de Referência.	NEUTRIK NC3FXX	R\$ 45,00	R\$ 1.350,00
10	21	Microfones profissionais de mesa - Conforme especificações constantes do Termo de Referência.	SHURE MX418/DN	R\$ 4.500,00	R\$ 94.500,00
11	02	Microfones de mão, sem fio e profissionais e UHF - Conforme especificações constantes do Termo de Referência.	SHURE BLX24RBR BETA58	R\$ 6.500,00	R\$ 13.000,00
12	02	Sistema de contingencia de energia - Conforme especificações constantes do Termo de Referência.	NHS LASER SENOIDAL 5000VA	R\$ 12.000,00	R\$ 24.000,00
13	01	Console de vídeo digital full HD - Conforme especificações constantes do Termo de Referência.	BLACKMAGIC ATEM TELEVISION STUDIO PRO HD	R\$ 38.000,00	R\$ 38.000,00
14	03	Câmeras de vídeo digital Full HD robótica - Conforme especificações constantes do Termo de Referência.	JVC KY-PZ100B	R\$ 25.000,00	R\$ 75.000,00
15	03	Suportes metálicos para câmera robótica - Conforme especificações constantes do Termo de Referência.	INSTALL TECNOLOGIA SUP-01	R\$ 1.500,00	R\$ 4.500,00
16	03	Cabos de energia de 100 metros cada PP 3x1,5mm - Conforme especificações constantes do Termo de Referência.	COBRECOM PP 3X1,5MM	R\$ 500,00	R\$ 1.500,00
17	04	Cabos de vídeo digital SDI-HD de 50 metros cada - Conforme especificações constantes do Termo de Referência.	BELDEN 1855A	R\$ 1.750,00	R\$ 7.000,00



CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ
ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 01.739.541/0001-07

Travessa Primeiro Centenário, 32 – Centro – CEP.: 13.170-031

Licitações: compras@camarasumare.sp.gov.br

www.camarasumare.sp.gov.br

18	05	Cabos de vídeo digital SDI-HD de 02 metros cada - Conforme especificações constantes do Termo de Referência.	BELDEN 1855A	R\$ 70,00	R\$ 350,00
19	05	Cabos de vídeo digital SDI-HD de 30 metros cada - Conforme especificações constantes do Termo de Referência.	BELDEN 1855A	R\$ 1.050,00	R\$ 5.250,00
20	01	Controlador de câmeras robóticas - Conforme especificações constantes do Termo de Referência.	INSTALL TECNOLOGIA CTOUCH-01 + JVC RM-LP100	R\$ 35.000,00	R\$ 35.000,00
21	01	Console de operação touch screen com 2 display's e touch screen - Conforme especificações constantes do Termo de Referência.	INSTALL TECNOLOGIA COM-01	R\$ 18.000,00	R\$ 18.000,00
22	01	Switch de rede ethernet de 24 portas gigabit - Conforme especificações constantes do Termo de Referência.	HP J9980A	R\$ 3.500,00	R\$ 3.500,00
23	01	Switch de rede ethernet de 08 portas gigabit - Conforme especificações constantes do Termo de Referência.	TP-LINK TL-SG108	R\$ 450,00	R\$ 450,00
24	01	Caixa de cabo de rede UTP CAT6 na cor vermelha com 305 metros - Conforme especificações constantes do Termo de Referência.	FURUKAWA GIGALAN CAT6	R\$ 2.100,00	R\$ 2.100,00
25	01	Gerador de caracteres digital full HD - Conforme especificações constantes do Termo de Referência.	DATAVIDEO CG- 200	R\$ 23.000,00	R\$ 23.000,00
26	01	Estação para gravação de vídeo digital - Conforme especificações constantes do Termo de Referência.	INSTALL TECNOLOGIA REC-01	R\$ 22.000,00	R\$ 22.000,00
27	01	Codificadores de streaming - Conforme especificações constantes do Termo de Referência.	CEREVO LIVE X	R\$ 19.000,00	R\$ 19.000,00
28	02	Cartões de memória no formato SD Card de 128GB de memória cada - Conforme especificações constantes do Termo de Referência.	KINGSTON CANVAS GO 128GB	R\$ 250,00	R\$ 500,00
29	06	Conversores de vídeo digital SDI para HDMI - Conforme especificações constantes do Termo de Referência.	DATAVIDEO DAC-70	R\$ 1.000,00	R\$ 6.000,00
30	03	TV LED 50" 4K - Conforme especificações constantes do Termo de Referência.	SAMSUNG 50RU7100	R\$ 2.500,00	R\$ 7.500,00
31	02	TV's LED 40" - Conforme especificações constantes do Termo de Referência.	SAMSUNG 43RU7100	R\$ 1.800,00	R\$ 3.600,00
32	02	Cabos de vídeo digitais HDMI de 15 metros cada - Conforme especificações constantes do Termo de Referência.	COPARTNER HDMI 15MTS	R\$ 250,00	R\$ 500,00
33	07	Cabos de vídeo digitais HDMI de 1,8 metros cada - Conforme especificações constantes do Termo de Referência.	COPARTNER HDMI 1,8MTS	R\$ 30,00	R\$ 210,00
34	01	Câmera de vídeo digital portátil - Conforme especificações constantes do Termo de Referência.	JVC GY-HM250	R\$ 31.000,00	R\$ 31.000,00
35	01	Maleta para transporte compatível com a câmera - Conforme especificações constantes do Termo de Referência.	WEST OCEANIC III	R\$ 550,00	R\$ 550,00
36	01	Tripé para câmera de vídeo - Conforme especificações constantes do Termo de Referência.	BENRO KH25N	R\$ 4.500,00	R\$ 4.500,00
37	01	Sistema de gestão e publicação de conteúdo - Conforme especificações constantes do Termo de Referência.	INSTALL TECNOLOGIA PUB-01	R\$ 75.000,00	R\$ 75.000,00



CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 01.739.541/0001-07

Travessa Primeiro Centenário, 32 – Centro – CEP.: 13.170-031

Licitações: compras@camarasumare.sp.gov.br

www.camarasumare.sp.gov.br

38	01	Storage para arquivamento digital de vídeos - Conforme especificações constantes do Termo de Referência.	QNAP TS-869 PRO	R\$ 9.500,00	R\$ 9.500,00
			HB SEAGATE BARRACUDA 3TB 3,5"	R\$ 650,00	R\$ 5.200,00
VALOR TOTAL DOS EQUIPAMENTOS					R\$ 607.760,00

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR
39	01	Instalação, Configuração e Ajustes da solução ofertada - Conforme especificações constantes do Termo de Referência.	R\$ 150.000,00
40	01	Treinamento, Acompanhamento e Suporte Técnico - Conforme especificações constantes do Termo de Referência.	R\$ 92.240,00
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS			R\$ 242.240,00

Valor total negociado: R\$ 850.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 O Valor total, fixo e irrevogável, do presente contrato é de **R\$ 850.000,00 (OITOCENTOS E CINQUENTA MIL REAIS)**.

Nos preços propostos estão incluídos todos os custos diretos, indiretos e benefícios de responsabilidade da empresa, sem qualquer exceção, de modo que os preços propostos constituíam-se na única remuneração a ser paga pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. No exercício de 2020, as despesas correrão à conta da dotação orçamentária: 4.4.90.52; 3.3.90.40; 3.3.90.30 consignadas no orçamento vigente.

3.2. No exercício seguinte, as despesas correrão à conta de dotação orçamentária própria, consignada no respectivo Orçamento-Programa, ficando a Administração obrigada a apresentar, no início de cada exercício, a respectiva Nota de Empenho estimativa e, havendo necessidade, emitir Nota de Empenho complementar, respeitadas as mesmas classificações orçamentárias.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE

4.1. Não haverá reajuste de preços por força da legislação vigente dentro do período de 12 (doze) meses.

4.2. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da CONTRATANTE para a justa remuneração da execução contratual poderá ser revisada,



CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ
ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 01.739.541/0001-07

Travessa Primeiro Centenário, 32 – Centro – CEP.: 13.170-031

Licitações: compras@camarasumare.sp.gov.br

www.camarasumare.sp.gov.br

objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial.

4.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso e devidamente comprovada pela CONTRATADA.

4.4. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela contratada, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro.

4.5. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica da CONTRATANTE, porém contemplará os objetos do certame a partir da data do protocolo do pedido pela CONTRATADA.

4.6. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a contratada não poderá suspender a entrega e os pagamentos serão realizados conforme os preços vigentes.

4.6.1. A CONTRATANTE deverá, quando autorizada a revisão dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de Empenho complementar, inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos equipamentos entregues após o protocolo do pedido de revisão.

4.7. O novo preço só terá validade após a sua publicação nos devidos meios de comunicação e, para efeito de pagamento dos produtos entregues entre a data do pedido de adequação e a data da publicação do novo preço, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela CONTRATADA.

4.8. Fica facultado à CONTRATANTE, através do Gestor do contrato, realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores, a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela contratada.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO

5.1. O contrato terá validade de **12 (doze) meses**, contados da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos legais.

5.2. A contratada se obriga a cumprir o disposto nos **termos do Termo de Referência, Anexo I e da proposta comercial**, sob pena de multa/rescisão.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PAGAMENTOS

6.1. O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias da emissão e protocolização da Fatura ou Nota Fiscal, a qual deverá ser emitida somente após a emissão do atestado de fornecimento e prestação dos serviços que será expedido pelo Gestor/Fiscal de Contrato, cujo documento será emitido somente após a conclusão dos treinamentos operacionais dos servidores da Câmara Municipal de Sumaré/SP, conforme item 13 do termo de referência (ANEXO I) do Edital.

6.1.1. A contagem do prazo para pagamento terá início e encerramento em dias de expediente junto ao órgão CONTRATANTE.

6.1.2. Em caso de devolução da Nota Fiscal para correção, o prazo ficará interrompido o prazo, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização do documento.

6.2. Na hipótese de o dia acordado para o pagamento cair no sábado, domingo ou feriado, o pagamento dar-se-á no primeiro dia útil após a aludida data.

5



CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ
ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 01.739.541/0001-07

Travessa Primeiro Centenário, 32 – Centro – CEP.: 13.170-031

Licitações: compras@camarasumare.sp.gov.br

www.camarasumare.sp.gov.br

6.3. O pagamento será efetuado através de ordem de pagamento ou depósito bancário, a ser creditado em conta corrente da CONTRATADA, em instituições financeiras onde mantenha conta ou, excepcionalmente, pagos na Tesouraria da Câmara Municipal.

6.4. A CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal Eletrônica – NF em conformidade com o estabelecido pelo Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, exceto para os segmentos constantes no Protocolo ICMS 191, de 30 de novembro de 2010.

6.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originalmente devido.

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela em atraso.

6.6. Os pagamentos somente serão realizados mediante a apresentação da certidão de FGTS, Certidão Trabalhista e certidão conjunta receita federal, que deverão ser juntadas no correspondente processo administrativo.

6.7. Na hipótese de reclamações trabalhistas movidas contra a CONTRATADA por seus empregados, em litisconsórcio passivo, o CONTRATANTE poderá reter pagamentos pendentes, equivalentes às quantias suficientes à garantia de eventuais indenizações trabalhistas, até o trânsito em julgado das respectivas sentenças.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES

7.1. Tanto as obrigações da CONTRATANTE como da CONTRATADA constam do termo de referência, bem como neste contrato, sem prejuízo do disposto na legislação regente.

7.2. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme determina o inciso XIII do artigo 55 da Lei Federal nº. 8.666/1993.

7.3. A CONTRATADA, ainda, se obriga:

7.3.1. Cumprir fielmente o ajuste, de modo que o objeto contratado e avençados se realize com esmero e perfeição, executando-os sob sua inteira e exclusiva responsabilidade;



CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ
ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 01.739.541/0001-07

Travessa Primeiro Centenário, 32 – Centro – CEP.: 13.170-031

Licitações: compras@camarasumare.sp.gov.br

www.camarasumare.sp.gov.br

7.3.2. Recrutar, em seu nome e sob sua inteira responsabilidade, os empregados necessários à perfeita execução do objeto contratado, cabendo-lhe efetuar os pagamentos, inclusive dos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora, sem qualquer participação do CONTRATANTE;

7.3.3. Responsabilizar-se pelos pagamentos e encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais dos empregados que eventualmente forem alocados a trabalhos considerados insalubres pela legislação;

7.3.3.1. As cópias das certidões, junto com a nota fiscal, deverão ser protocolizadas junto ao gestor do processo administrativo da contratação, para efeito de controle e instrução processual;

7.3.5. Zelar pela boa execução contratual;

7.3.6. Responsabilizar-se por qualquer dano pessoal e/ou material causado aos seus funcionários, ao público em geral e aos servidores municipais, por imprudência, imperícia, omissão, negligência ou má utilização dos meios empregados na execução dos serviços;

7.3.7. Indenizar por quaisquer danos comprovados, causados por seus funcionários às instalações, utensílios ou equipamentos da contratante, ficando o CONTRATANTE autorizado a descontar o valor correspondente dos pagamentos devidos à CONTRATADA, após o devido processo administrativo, garantido o direito de defesa;

7.3.8. Respeitar e cumprir os benefícios definidos em convenção coletiva de trabalho da categoria para os empregados colocados em serviço;

7.3.9. Treinar os funcionários quanto aos aspectos da segurança e medicina do trabalho, e procedimentos relativos à utilização do veículo e equipamentos;

7.3.10. Fornecer aos funcionários os uniformes, Equipamentos de Proteção Individual (EPI), necessários à perfeita execução dos objetos contratados;

7.3.11. Responsabilizar-se pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

7.3.12. Responder pela contratação de seguro contra riscos de acidentes de trabalho e outras obrigações inerentes à execução do contrato;

7.3.13. Obedecer toda a normatização referente à segurança do trabalho, inclusive às diretrizes estabelecidas pela sua Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), pelo CONTRATANTE e demais normas constantes em convenção, acordo ou dissídio coletivo de trabalho;

7.3.14. Comunicar à fiscalização do CONTRATANTE quaisquer fatos ou anormalidades que possam estar prejudicando a execução do contrato;

7.4. A CONTRATANTE poderá a qualquer momento exigir a troca dos equipamentos que não estiverem de acordo com o solicitado.

7.5. A CONTRATANTE obriga-se a:

7.5.1. Fornecer à CONTRATADA a Ordem de início pertinente;

7.5.2. Prestar à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários à execução do contrato;

7.5.3. Fiscalizar a execução do contrato em conformidade com o Termo de Contrato e Termo de Referência;



CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ
ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 01.739.541/0001-07

Travessa Primeiro Centenário, 32 – Centro – CEP.: 13.170-031

Licitações: compras@camarasumare.sp.gov.br

www.camarasumare.sp.gov.br

7.5.4. Efetuar os pagamentos devidos.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A CONTRATANTE reserva-se o direito de fiscalizar, a qualquer tempo, a execução contratual, nos termos do Termo de Referência e do contrato (Anexo I).

8.2. A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não afasta, nem diminui as obrigações e responsabilidades da CONTRATADA.

8.3. Pela CONTRATANTE fica desde já designado como Gestor deste Contrato, nos termos do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o (a) Sr. (a) **Carlos R. Rocha Junior**, que poderá designar formalmente preposto para o encargo.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1. São aplicáveis as sanções previstas na Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes.

9.2. A CONTRATADA que não cumprir integralmente as obrigações assumidas, garantido o direito de defesa, estão sujeitas às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Sumaré:

a) para a CONTRATADA, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato ou outro documento equivalente, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos, e a CONTRATADA será descredenciada do Cadastro de Fornecedores da Câmara de Sumaré, sem prejuízo das multas previstas na Lei nº 8.666/93, em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9.2.1. As sanções previstas nos itens I, III e IV desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do item II, nos termos da Lei nº 8.666/93.

9.3. As multas serão, após regular processo administrativo, cobradas administrativa ou judicialmente, nos termos do Decreto Municipal nº 10.131/2017.

9.4. As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, consequentemente a sua aplicação não exige a CONTRATADA de reparar os eventuais prejuízos que seu ato venha a acarretar à CONTRATANTE.

9.5. As demais penalidades, o procedimento de aplicação das sanções e o direito de defesa, o assentamento em registros, a sujeição a perdas e danos e outras disposições pertinentes estão



CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ
ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 01.739.541/0001-07

Travessa Primeiro Centenário, 32 – Centro – CEP.: 13.170-031

Licitações: compras@camarasumare.sp.gov.br

www.camarasumare.sp.gov.br

disciplinados da Lei Municipal nº 8.666/93.

9.6 As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública, nos termos da Lei nº 12.846/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS MULTAS

10.1. A recusa injustificada do adjudicatário em entregar documentos complementares (tais como laudos, atestados, certidões), em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, em aceitar ou retirar instrumento equivalente, a sua desistência de lances já ofertados, com como sua recusa em receber ou retirar a ordem de serviço, autorização de fornecimento ou outro documento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o as seguintes penalidades:

I – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta, se licitante, ou sobre o valor total do ajuste, se contratada;

II – pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

10.2. O atraso injustificado na execução de obra ou no fornecimento de bens e serviços, sem prejuízo do disposto no § 1º do artigo 86, da Lei 8.666/93, sujeitará a contratada à multa de mora de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, até o limite de 10% (dez por cento) do valor da referida obrigação.

10.3. Pela inexecução total ou parcial de obra, serviço ou fornecimento de bens poderão ser aplicadas à contratada as seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa:

a) De 10% (dez por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida; e

b) Correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

III – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Municipal, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

10.4. A pena de advertência deve ser aplicada a título de alerta para a adoção das medidas corretivas necessárias, sempre que a contratada descumprir qualquer obrigação assumida ou desatender as determinações da autoridade competente para o regular cumprimento de suas obrigações.

10.5. A pena de multa pela inexecução total ou parcial de obra, serviço ou fornecimento de bens pode ser aplicada cumulativamente com as sanções restritivas de direitos previstas nos incisos I, II e IV.

10.6. A pena de suspensão temporária do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Municipal, prevista no inciso III, destina-se a punir a reincidência em faltas já apenadas com advertência e/ou multa, bem como falta graves que implique a rescisão unilateral do contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ
ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 01.739.541/0001-07

Travessa Primeiro Centenário, 32 – Centro – CEP.: 13.170-031

Licitações: compras@camarasumare.sp.gov.br

www.camarasumare.sp.gov.br

10.7. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública destina-se a punir faltas graves que impliquem a rescisão unilateral do contrato das quais decorra, prejuízos ao interesse público de difícil reversão, bem como os casos de falsidade, fraude, conluio ou qualquer outro expediente durante o processo licitatório ou na execução do contrato que vise obter, para si ou para outrem, vantagem indevida, independentemente de efetivo prejuízo ao erário público.

10.8. As multas serão, após regular processo administrativo, cobradas administrativa ou judicialmente.

10.9. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a aplicação das outras.

10.10. O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal em favor da CONTRATADA.

10.11. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

10.12. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à CONTRATADA o contraditório e ampla defesa.

10.13. Aplica-se ao procedimento descrito nessa cláusula o disposto no Decreto Municipal 10.131/2017, em especial no que concerne ao procedimento para aplicação das sanções.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO AMPARO LEGAL

11.1. O presente Contrato Administrativo é regido pelas disposições contidas na Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, com as alterações introduzidas pela legislação posterior pertinente, aplicando-se supletivamente as disposições de direito privado, máxime as Leis e Decretos municipais, bem como as disposições contidas no Processo Administrativo, Proposta Comercial ofertada pela ora CONTRATADA, tudo fazendo parte integrante do presente instrumento contratual, como se nele transcritos fossem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. A CONTRATANTE reserva-se no direito de rescindir de pleno direito o presente Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à proponente vencedora, direito a indenização de qualquer espécie, quando ocorrer:

- a) falência, recuperação judicial (caso não seja apresentado plano de recuperação homologado pelo juízo competente, apto a comprovar a viabilidade econômico-financeira, nos termos da Súmula 50 do TCE/SP) ou extrajudicial ou dissolução da proponente vencedora;
- b) inadimplência de qualquer cláusula e/ou condição do contrato, por parte da CONTRATADA;
- c) o não recolhimento, nos prazos previstos, das multas impostas à CONTRATADA;
- d) descumprimento, pela CONTRATADA, das determinações da fiscalização da Câmara Municipal de Sumaré;
- e) outros, conforme previsto no art. 78 da Lei nº 8.666 de 21/06/93.

12.2. A Câmara de Sumaré, também poderá rescindir o contrato, independente dos motivos relacionados nas letras "a" a "e" do subitem anterior, por mútuo acordo.

12.3. Rescindido o contrato, por qualquer um dos motivos citados nas letras "a" a "e" do primeiro subitem deste capítulo, a CONTRATADA sujeitar-se-á a multa no percentual previsto no Decreto



CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ
ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 01.739.541/0001-07

Travessa Primeiro Centenário, 32 – Centro – CEP.: 13.170-031

Licitações: compras@camarasumare.sp.gov.br

www.camarasumare.sp.gov.br

Municipal nº10.131/2017 calculado sobre a parte inadimplente, respondendo, ainda, por perdas e danos decorrentes da rescisão contratual. Neste caso, serão avaliados e pagos, de acordo com a fiscalização da Câmara de Sumaré, os objetos já entregues, podendo a Câmara segundo a gravidade do fato, promover inquérito administrativo, a fim de se apurar as respectivas responsabilidades. Caso a CONTRATADA seja considerada inidônea, poderá ser suspensa para transacionar com a Câmara Municipal de Sumaré, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ADITAMENTO

13.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas em contrato, os acréscimos ou supressões relacionadas com os serviços encontrados, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. A tolerância das partes não implica em renovação ou novação das obrigações assumidas no presente Contrato.

14.2. Fica fazendo parte integrante deste instrumento o procedimento licitatório do pregão presencial, bem como a Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA à CONTRATANTE.

14.3. A contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da Comarca de Sumaré/SP, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pelo presente contrato, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

E por estarem às partes de pleno acordo firmam o presente contrato em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas abaixo elencadas, para que o mesmo produza todos os devidos e efeitos legais.

Sumaré/SP, 17 de abril de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ
WILLIAM DE SOUZA ROSA

IT SISTEMAS ELETRÔNICOS E INFORMATIZADOS EIRELI
MARCELO JAVAREZ

Testemunhas:

1. 

João Paulo Costa Marques
Técnico Legislativo

2. 

Adolfo R. Aguiar Valim
Técnico Legislativo